



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**CONSELHOS ESCOLARES E SEU PAPEL NA GESTÃO  
DEMOCRÁTICA**

**KATIA SIMONE DE CASTRO FERREIRA**

**BELO HORIZONTE, 2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**CONSELHOS ESCOLARES E SEU PAPEL NA GESTÃO  
DEMOCRÁTICA**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Jacqueline da Silva Figueiredo Pereira, do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2013**

# **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Dedico este trabalho à minha família e a todas as pessoas que acreditaram e acreditam no meu trabalho como gestora.

Agradeço a todas as pessoas que de uma forma ou de outra colaboraram para a realização desse meu novo trabalho em especial às professoras e tutoras do curso.



*Educar é semear com sabedoria e colher com paciência. (Augusto Cury)*

## **RESUMO**

O presente trabalho surgiu da análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Portal das Letras de Educação Infantil e Ensino Fundamental, após a constatação de que a escola não havia implantado o Conselho Escolar. A partir da constatação da inexistência do Conselho Escolar, uma série de questões foram levantadas, tais como: Qual a importância do Conselho Escolar na gestão democrática? Quem participa do Conselho Escolar? Quem é o responsável pela implantação e gestão do Conselho Escolar? O conselho Escolar garante aos cidadãos a transparência na gestão, além de possibilitar uma participação efetiva da comunidade ajudando a formar cidadãos críticos, conscientes e atuantes na sociedade. O Conselho Escolar também ajuda a modificar e melhorar as condições de ensino e, conseqüentemente, de vida de todos que vivem no entorno da instituição de ensino. Só com o comprometimento de todos é que conseguiremos alcançar a excelência na qualidade da educação oferecida nas instituições públicas de ensino. Este estudo mostra que quando a comunidade está realmente comprometida com a educação esta só tem a ganhar. A participação do Conselho escolar junto à gestão torna o processo mais limpo, claro, transparente, pois, a comunidade é que pode apontar os caminhos que deseja seguir, os anseios que alimenta e o que espera das instituições de ensino. Nessa interação, a escola passa a ser um local de troca, companheirismo, de luta pelos mesmos ideais. Este estudo destacou a importância do Conselho escolar nos processos de tomada de decisões, nas relações de trabalho e de poder o que leva a efetivação da gestão democrática onde a participação de todos é elemento essencial para alcançar o sucesso almejado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conselho Escolar, Gestão Democrática, descentralização de poder

## INTRODUÇÃO

Analisando o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Portal das Letras de Educação Infantil e Ensino Fundamental foi constatado que não existe um Conselho Escolar apenas o Conselho Municipal de Educação que tem sua participação deficitária, pois, existe grande dificuldade em conseguir pessoas que queiram participar efetivamente do Conselho Municipal e dos Conselhos Escolares nas escolas. É preciso que se faça um movimento de sensibilização da comunidade, de forma a ficar clara a importância da participação de todos na gestão da escola e que se dê, realmente, autonomia para os Conselhos Escolares. Assim, mostrando a importância e a eficácia dos mesmos é que conseguiremos formar conselhos atuantes, com representantes que possam contribuir efetivamente para a melhoria da qualidade da educação e formar cidadãos críticos e atuantes na sociedade.

Com as reformas constitucionais implantadas pela Constituição Federal de 1988 a sociedade civil começa a conquistar mais autonomia. Com a implantação dessa autonomia novos horizontes foram abertos para a participação da sociedade no governo e uma das formas de participação da sociedade no governo é através dos Conselhos. Porém tal prática ainda enfrenta desafios. É preciso que se busquem novos caminhos para que a participação efetiva dos conselhos ocorra, um desses caminhos é não ficar limitado apenas ao que diz os Regimentos Internos. No que diz respeito, aos Conselhos escolares fica mais claro saber por quais direitos se devem batalhar levando em consideração a Constituição Federal de 1988, a Lei 9394/96 (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90). Dentre esses direitos está a educação como direito inalienável de todo cidadão, acesso e permanência a todos que pretendem ingressar no ensino público gratuito, qualidade de ensino, gestão democrática e participação no projeto político pedagógico das instituições de ensino.

Mas, para que toda essa participação democrática ocorra é preciso que os representantes desses conselhos estejam capacitados, cientes de seus direitos e deveres e para agirem de maneira a assegurar a permanência do educando nas escolas que por sua vez devem oferecer uma educação de qualidade.

## A CRIAÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES

Na década de 1990, com o processo de restabelecimento do regime democrático ainda acontecendo, a ânsia pela democratização do nosso sistema educacional passaram a ter como foco principal as relações internas da escola, aprofundando as discussões sobre descentralização de poder com implantação das eleições diretas para dirigentes de unidades escolares e a criação dos Conselhos Escolares. Assim, o Estado colocava a gestão democrática como forma de garantir eficiência e força ao sistema público de ensino, tornando mais próximas as relações entre financiamento e administração com a transferência de responsabilidades para a comunidade escolar, começando a difundir a ideia de que a própria comunidade pode conhecer seus problemas e os métodos que podem ser utilizados para solucioná-los. Segundo Dowbor (1996), trata-se de uma nova hierarquia que coloca o poder na base da sociedade. Contudo, paralelamente a esses processos de redemocratização, também havia o interesse do Estado de reduzir seu campo de atuação por meio da privatização de alguns setores.

Este novo cenário apresentava uma situação com dois agentes bem definidos: de um lado estava a sociedade, representada pelos educadores que ansiavam por mais poder de decisão, do outro, o governo que alegava que os problemas relacionados à educação eram causados, principalmente, pela centralização do poder de decisão. Este cenário demonstrava novas formas de organização e implantação de políticas de educação direcionadas à descentralização da gestão das Unidades Escolares, o que para Bruno (1997) é imprescindível em função da não eficiência dos processos burocráticos. Esta autora ainda nos alerta que fornecer autonomia às escolas, reduz os riscos de perturbações indesejadas ao sistema, uma vez que o aumento da participação do coletivo é diretamente proporcional ao aumento de suas responsabilidades (BRUNO, 1997).

A descentralização, entendida como reorganização e redistribuição do poder de decisão, tem na implementação de órgãos colegiados escolares um patamar bastante significativo, por proporcionar às pessoas que integram a comunidade escolar, a possibilidade de contribuir efetivamente na definição dos rumos da escola, tornando-se mais consciente de seus direitos e deveres na sociedade. A implantação dos CEs se apresenta como uma forma diferenciada de gerenciar os órgãos públicos como as instituições de ensino, onde os interesses da escola são de todos, numa proposta de construção coletiva da melhoria do ensino. Neste sentido, Abranches (2003) faz a seguinte colocação:

a descentralização só existe no momento em que as decisões locais possuem uma certa autonomia e emanam de uma coletividade e não do Estado. O ponto central a ser considerado no processo de descentralização é que este pode estimular e abrir oportunidades para a participação social, mediante o deslocamento dos centros decisórios – a descentralização é um meio para favorecer a participação. Por outro lado, a descentralização só se torna possível pela participação.(p. 18)

De forma geral, o Conselho Escolar, enquanto elemento de uma prática social que tem por objetivo descentralizar o poder reforça a construção de um projeto social comprometido com os anseios da maioria, que segundo o entendimento de Bastos (2002) abre perspectivas para realizar o resgate do caráter público da administração pública, no momento em que coloca a sociedade civil no controle do universo escolar, estabelecendo a liberdade de expressão, pensamento e organização coletiva na busca por melhores condições de recursos financeiros, materiais, didáticos e humanos dentro da escola haja visto que a descentralização do poder é a base central das estruturas que compõem a gestão democrática, estando diretamente relacionada com a construção da qualidade da educação oferecida, que implica em alterações na forma de compreensão dos objetivos e fins da educação, nas relações que são formadas no contexto escolar e da função da escola enquanto instituição social que tem influência direta na comunidade que vive em seu entorno.

Vale lembrar que, a descentralização tem forte impacto na construção da autonomia da escola, passando por três campos distintos: o administrativo, o pedagógico e o financeiro como assegura o artigo 15º da LDB, conforme segue: Art. 15º. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (BRASIL, 1996).

No que diz respeito à autonomia pedagógica, Veiga (1988) alerta que está ligada à liberdade para construir o Projeto Político Pedagógico da escola, com total liberdade para decidir sobre os processos de ensino-aprendizagem. Já a autonomia administrativa, está na oportunidade que a escola tem de administrar seus planos, programas e projetos sem que os mesmos sejam submetidos a uma administração externa que muitas vezes não conhece o ambiente escolar, as suas especificidades, quebrando a cultura centralizadora e pouco participativa vigente até bem pouco tempo, sem descuidar das relações externas com o sistema educativo.

No que diz respeito à autonomia financeira, pode-se dizer que propicia à escola a elaboração e execução do seu orçamento, principalmente, a fiscalização dos recursos financeiros que lhe são relacionados para assegurar mais transparência à sua utilização. Destaca-se que a conquista da autonomia não vem de uma simples desconcentração de

atividades e procedimentos, e sim da ampliação dos espaços de participação coletiva nas decisões, como uma consequência dos problemas que a comunidade escolar trava no seu cotidiano.

Nas reflexões sobre a relação dos Conselhos Escolares e o exercício do Controle Social, destaca-se que a ideia de proporcionar à sociedade o direito de acompanhar os gastos públicos não é recente, surgiu na Consolidação da Revolução Francesa com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 26/08/1789, que em seu artigo 15º estabeleceu que a sociedade tivesse o direito de pedir a todo agente público contas de sua administração (FRANÇA, 1789).

A legislação do nosso país, na intenção de garantir à população meios de controlar as ações do Estado, criou uma série de dispositivos para programar o controle social. O texto Constitucional de 1988 determinou no §3º do artigo 31, a obrigatoriedade do poder público de informar sobre recursos disponíveis e despesas realizadas e de disponibilizar as contas públicas, dizendo o seguinte: “as contas dos municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade nos termos da lei”. Assegurou ainda, entre os direitos e as garantias d cidadãos, o de receber informações, de seu interesse particular ou de interesse geral, estabelecendo que: todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestados no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, também destaca no artigo 72 a obrigatoriedade do poder público de aperfeiçoar e publicar, em seus balanços e relatórios bimestrais de execução orçamentária, as receitas de impostos e as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1996).

Por sua vez, a Lei nº 11.494/2007, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB), em seu artigo 24, assegura o controle social sobre a distribuição aplicação dos seus recursos por meio de Conselhos instituídos especificamente para este fim, cuja composição prevê a participação cidadã de representantes das comunidades locais (BRASIL, 2007).

Estes dois dispositivos deixam claro a importância e a necessidade da participação popular no acompanhamento da execução dos atos administrativos. Assim, o controle social pode ser entendido como o conceito funcional utilizado para designar os meios de fiscalização

da sociedade sobre o Estado. Para Simionatto (2001), o exercício do controle social também assume um aspecto de democracia direta, referindo-se às formas organizativas formais e informais da sociedade necessárias à fiscalização das organizações públicas e privadas, onde o termo fiscalização é uma interpretação mais restrita, que levaria o cidadão a atuar meramente no acompanhamento e na supervisão da aplicação dos recursos. Este entendimento se faz presente nas atribuições pertinentes aos Conselhos existentes no âmbito educacional, deixando-os limitados à fiscalização da correta aplicação dos recursos e da qualidade dos serviços utilizados, em uma situação onde o Estado se exime da prestação direta de serviços. Neste contexto, o Conselho Escolar, por gerenciar dinheiro público, submete-se à Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que tem que emitir pareceres, acompanhar, fiscalizar e aprovar a gestão dos recursos dentro das escolas, e dessa maneira, garantir a legalidade de suas ações. No entendimento de Davies (2001), para realizar tais atribuições e entender as movimentações financeiras dos recursos é fundamental que os Conselheiros recebam formação para que não apenas acatem as decisões e assinem os pareceres emitidos pelos representantes do poder público. Paralelo a necessidade de certo conhecimento técnico dos Conselheiros, se percebe que para o pleno exercício do Controle Social é indispensável o acesso a informação. Barbosa (2001) já destacava que para a sociedade exercer o controle sobre o governo, é necessário haver o acesso à informação.

Esta realidade nos dá a visão de que o exercício do Controle Social possui uma dimensão bem maior, que é a promoção da cidadania plena e atuante. Este aspecto fundamental foi observado por Vieira (1999), quando adicionou à visão tradicional meramente fiscalizadora, elementos que apontam a necessidade da sociedade aperfeiçoar as formas de controlar o Estado e inventar formas de controlar a si mesma, requerendo do cidadão mais conhecimentos e informações sobre os mecanismos da política governamental. Na linha deste pensamento, Avritzer (2003), aponta o Orçamento Participativo como um meio em potencial para tornar mais efetivo o exercício do controle social, sendo capaz de organizar a distribuição de políticas sociais, a incorporação de minorias e o debate coletivo, promovendo a instalação de uma cultura de controle. Apesar do extenso lineamento jurídico referente ao assunto, a sociedade ainda não desenvolveu uma cultura política de controle social, caminhando vagarosamente nesta direção, tendo que transpor sérios obstáculos que não serão superados em curto prazo. Segundo Pessoa (1999), As dificuldades mais comuns são: a ausência de preparo educacional da população, legislação complexa e ambígua, baixa participação dos cidadãos em instituições de classes (sindicatos, cooperativas, associações, etc.), dificuldade de acesso do cidadão ao poder público nas três esferas de poder (Executivo, Legislativo e Judiciário),

baixo nível de proteção dada ao cidadão que denuncia irregularidades, descrédito do cidadão nos agentes do Estado e nos agentes políticos, alto grau de impunidade e ainda estrutura de controle ainda pouco eficazes e pouco efetivos. Acrescenta-se a pouca utilização de meios que favoreçam a transparência da execução dos atos administrativos, que apesar de existentes, ainda são pouco usados pelos administradores públicos, revelando o desinteresse do estado na implementação de um controle social mais consistente.

## CONSELHOS ESCOLARES NAS ESCOLAS PÚBLICAS

As mudanças que ocorreram no mundo, referentes ao padrão econômico estão ligadas às alterações nos modelos de gestão pública educacional. Apesar da Constituição Federal de 1988 já ter indicado a gestão democrática como preceito constitucional, seu processo de implementação só começa a ganhar mais força a partir da década de 1990 quando a globalização tornou-se mais presente na nossa realidade. Desde então, propagou-se um movimento de mudanças referentes à reorganização do trabalho, às novas tecnologias e, principalmente das estruturas de poder, com a injeção de financiamentos e empréstimos internacionais os Estados passaram a realizar reformas em sua estrutura, reduzindo seu âmbito de atuação atribuindo funções a instâncias subnacionais e locais, tais como a sociedade civil.

As reformas ocorridas nas políticas educacionais já pré-estabelecidas na Constituição Federal de 1988 e reafirmadas com a Lei de Diretrizes e Bases em 1996 tornou a gestão democrática um princípio legal em defesa da participação da comunidade escola através de órgãos colegiados:

os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme o princípio da participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (LDB, Lei nº 9394/96, Art. 14, II).

Assim Surgiram os Conselhos Escolares, neste contexto, a legislação brasileira sinalizou positivamente para a efetiva utilização dos princípios de produtividade, eficiência e qualidade total dentro da política educacional, acrescentando a participação da comunidade como à sua implementação. Partindo dessa ideia os Conselhos Escolares funcionam como mecanismos que viabilizariam a prática do novo modelo gerencial escolar para consolidar a nova ordem democrática em construção. É importante destacar que, a criação de Conselhos no âmbito educacional como elementos de gestão participativa mantém profunda relação com a divisão das responsabilidades estatais com a sociedade. Quando o dispositivo constitucional de 1988 no art. 205 estabelece que: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”, deixou clara a participação social na oferta do ensino público (BRASIL, 1988). Assim, a sociedade tornou-se parceira na manutenção do ensino, onde o papel do Estado de mantenedor foi diminuído, cedendo espaço para outros atores que, se ansiosos por uma educação de qualidade, deveriam também participar ativamente do processo, demonstrando dessa maneira, a estreita relação entre educação e a lógica capitalista vigente.

## CONCLUSÃO

Apesar de perceber na realidade analisada, a proximidade da relação entre o Conselho Escolar e a Comunidade Escolar, percebe-se ainda a necessidade de se expandir a divulgação das atividades do Conselho. Esta divulgação daria transparência e legitimação as suas ações, principalmente, as relativas à tomada de decisões, uma vez que uma parte do público envolvido ainda continua alheia às atividades realizadas pelo Conselho.

Torna-se urgente que se crie um organismo representativo do corpo de alunos para que os mesmos tenham vez e voz nas decisões, e atuem como força conjunta junto ao Conselho Escolar. Por serem menores de idade, os alunos são impedidos legalmente de participarem na composição, uma vez que este órgão assume características de empresa privada quando assume o perfil de Unidade Executora, condição que o FNDE estabelece para que as escolas recebam dinheiro diretamente do governo federal, sem passar pelas instâncias estaduais e municipais, através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Também é necessário realizar formações para os Conselheiros Escolares para que os mesmos estejam cientes de suas atribuições podendo assim atuar de maneira igualitária dentro dos Conselhos Escolares. A partir desta pesquisa, acentuou-se o entendimento do Conselho Escolar como elemento construtor de uma gestão democrática dentro da escola, e de fundamental importância para a luta coletiva por um ensino de qualidade. É uma proposta de mudança que se implanta gradativamente no interior das escolas, experimentando uma gestão participativa que, embora restrita basicamente à gestão de recursos, contribui decisivamente para a formação da cidadania, requerendo para tanto, posicionamentos que combatam o pensamento burocrático e hierárquico, numa perspectiva de vivência de uma gestão democrática.

O fortalecimento dos Conselhos Escolares é um desafio presente no dia-a-dia de toda escola pública brasileira, uma vez que, as práticas da vivência democrática e da participação social ainda estão crescendo de forma cuidadosa na sociedade, e isto também se reflete dentro das unidades de ensino. Mas, os Conselhos Escolares são parceiros fundamentais na promoção de ações que promovam melhorias no funcionamento escolar em todos os aspectos e por isto necessitam de ações que reforcem a competência das pessoas envolvidas e comprometidas com a instituição de uma escola democrática, participativa e de qualidade.

A desconcentração de poder decisório, aliada ao aumento da fiscalização de recursos pela comunidade escolar, são ferramentas que abrem o caminho para que um processo de

democratização se instale, e os Conselhos Escolares caminham neste sentido, buscando sempre uma participação realmente eficaz na construção desse processo. Essa realidade vivenciada pelos Conselhos Escolares de compartilhamento de ações com os gestores fortalece a forma de organização coletiva, traçando o caminho rumo a democratização da gestão escolar. Neste sentido, é fundamental definir com clareza as atribuições e o papel político do Conselho Escolar e da equipe gestora. Portanto, verifica-se que há uma necessidade de uma definição mais precisa das funções do CE, atribuindo-lhe importantes competências diretivas dentro da escola, sem entrar em conflito com o diretor.

A aliança comunidade escolar, escola, gestor e comunidade local é o caminho para se chegar ao patamar em que todos almejam ver a educação.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, M. **Colegiado escolar: espaço de participação da comunidade.** São Paulo: Cortez, 2003

BARBOSA, Sandra Pires. (2001). **Direito à informação e controle social da Atividade Econômica.** *Jus Navigandi*. Disponível em: <<http://www.Jus.com.br/revista/texto/2078/direito-a-informacao-e-controle-social-da-atividade-economica>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

BASTOS, J. B. Gestão democrática da educação: as práticas administrativas compartilhadas. *In: BASTOS, J. B. (Org.). Gestão democrática.* Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 7-30.

BRASIL. **Código Civil Brasileiro.** Lei nº 10.406 de 10/01/2002.

BRASIL. **Constituição Federal (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei Federal nº 8069/1990.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases para Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, n.248, 23 dez. 1996

Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Manual de Orientações para a Constituição de Unidade Executora.** Brasília: FNDE, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução FNDE/CD. nº12,** de 10 de maio de 1995. Brasília: 1995.

BRUNO, Lúcia. Poder e administração no capitalismo contemporâneo. *In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. (Org.). Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos.* Petrópolis: Vozes, 1997.

DAVIES, Nicholas. **O Fundef e as Verbas da Educação.** São Paulo, Xamã, 2001.

DOWBOR, Ladislau. Da globalização ao poder local: a nova hierarquia dos espaços. *In: FREITAS, Marcos César de (Org.) A reivindicação do futuro.* São Paulo: Corez, USF, 1996

FRANÇA. **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão:** de 26 de agosto de 1789. Disponível em: <[http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/humanos/declar\\_dir\\_homem\\_cidadao.pdf](http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/humanos/declar_dir_homem_cidadao.pdf)>. Acesso em: 06 de jun. 2013

SIMIONATTO, Ivete. **Crise, reforma do Estado e políticas públicas: implicações para a sociedade civil e a profissão.** Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/texto1.html>> Acesso em: 05 de jun 2013.

VEIGA, Ilma P. Alencastro. Perspectiva para reflexão em torno do projeto políticopedagógico. In: **Escola:** Espaço do projeto político-pedagógico, Campinas SP, Papyrus, 1998.

**ANEXOS**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL  
PORTAL DAS LETRAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO  
FUNDAMENTAL**

**KATIA SIMONE DE CASTRO FERREIRA**

**FRANCISLÂINE DE PAULA ALVES**

**TATIANI PAULA DE CASTRO**

**BELO HORIZONTE**

**2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL  
PORTAL DAS LETRAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO  
FUNDAMENTAL**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal e Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE**

**2013**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
1 FINALIDADES DA ESCOLA.....	4
2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	6
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa.....	6
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	6
3 CURRÍCULO.....	8
4 TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	13
5 PROCESSOS DE DECISÃO.....	15
6 RELAÇÕES E TRABALHO.....	17
7 AVALIAÇÃO.....	19
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS.....	24
ANEXOS.....	25

## **INTRODUÇÃO**

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Portal das Letras de Educação Infantil e Ensino Fundamental surgiu mediante a observação atenta da realidade educacional do município de São Thomé das Letras, verificada através das experiências pedagógicas vividas diariamente pela comunidade escolar.

Partindo dessas experiências a escola definiu seus objetivos, suas metas e ações para alcançar a forma de organizar suas atividades pedagógicas conseguindo assim sinalizar para a sociedade aonde ela quer chegar: ser uma escola criativa, inovadora, inclusiva, sempre na perspectiva do cumprimento de seu objetivo maior que é o sucesso dos alunos e a valorização dos profissionais da área da educação.

A Escola procura oferecer um ensino de qualidade, inspirado nos princípios e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, tornando-o cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo.

A intencionalidade da escola é fornecer-lhes meios para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho para que sejam participantes da sociedade como profissionais capazes de assumir responsabilidades.

Movidos pelo compromisso de concentrar todos os esforços na busca da melhoria da qualidade do ensino, o Projeto Político Pedagógico foi elaborado visando uma escola democrática, rica de conhecimentos, viva, atualizada e significativa.

Um Projeto Político Pedagógico bem elaborado e posto em prática é de suma importância para a escola, pois ele é o instrumento que norteará todo o processo educacional e de gestão.

## 1 - FINALIDADES DA ESCOLA

O objetivo Geral da Educação Nacional visa nos dois níveis de Educação, Básica e superior, o desenvolvimento pleno do Educando, a conscientização dos seus direitos e deveres no exercício da vida cidadã, embasada na solidariedade humana e nos ideais de liberdade, criando-lhe as condições para a especialização profissional.

Segundo a LDB(Lei9.394/96), a escola tem como finalidades e objetivos:

A \_ A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana tem como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

B \_ O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I\_ Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III \_ Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas.

IV – Respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V – Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI – Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII – Valorização profissional da educação escolar;

VIII- Gestão democrática do ensino público na forma da lei;

X – Valorização da experiência extraescolar;

XI – Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

C – A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

D- Será objetivo permanente das autoridades responsáveis para alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.

E – O ensino fundamental tem por objetivo a formação básica do cidadão mediante:

I \_ O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – Compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que fundamenta a sociedade;

III – O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV – O fortalecimento dos vínculos de família dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

A finalidade da Escola Municipal Portal das Letras se baseia nas finalidades da educação nacional, tendo como base o que nos legou Jean Piaget: a importância de mobilizar a criança para a ação e não manipulá-la.

A escola condiciona a possibilidade de cada um se desenvolver como cidadão em potencial, ressaltando a importância dos valores na vida do ser humano, sendo o respeito em todas as suas dimensões o norte de todo o trabalho.

## **2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

### **2.1- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA**

A Escola Municipal Portal das Letras de Educação Infantil e Ensino Fundamental conta hoje com o seguinte quadro de funcionários: 01 diretor técnico com Pós Graduação, 02 supervisores Pós Graduados, 01 professor coordenador Pós Graduado, 04 professores auxiliares de secretária todos com curso Superior completo, 02 professoras eventuais com curso Superior completo, 01 professor recuperador com curso Superior completo, 02 professores de Educação Física habilitados e 15 merendeiras sendo 01 com Ensino Fundamental Completo, 08 com Ensino Fundamental Incompleto, 04 com Ensino Médio Completo e 02 com Ensino Médio Incompleto.

A escola possui 09 salas de aula, 01 sala de reforço, 01 sala de recursos, 01 sala de informática, 01 sala de vídeo, 01 quadra descoberta, 01 sala do SME, 01 sala do PIP, 01 sala da supervisão, 01 sala de professores, 01 secretaria, 01 salão para reuniões e auditórios, 01 cantina, 01 refeitório, 01 banheiro no refeitório, 04 banheiros femininos, 03 banheiros masculinos e um pátio para recreação.

Recebe recursos do PDDE que é usado para compra de equipamentos que se fazem necessários e também pra compra de materiais de consumo e do FUNDEB com o qual se paga os profissionais do magistério. Possui uma boa estrutura física que atende perfeitamente todos os nossos alunos oferecendo a eles todos os recursos pedagógicos e de infraestrutura necessárias ao bom funcionamento da escola.

### **2.2 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA**

A Escola Municipal Portal das Letras funciona em três turnos (manhã, tarde e noite) sendo a Educação Infantil, 1º e 2º anos no período da tarde, 3º e 4º anos no período da manhã e 5º ano no período também da manhã porém no segundo endereço situado no bairro João Cota. No período noturno oferece a modalidade de Educação de Jovens e Adultos EJA – anos Iniciais EJA.

A organização das turmas é feita pelos coordenadores, supervisores e professores. A enturmação é mista e é realizada considerando a idade, o ritmo de

aprendizagem e outras circunstâncias relevantes para que as turmas sejam formadas o mais equilibradas possível.

Sempre que possível e necessário podem ser organizadas classes ou turmas com alunos de níveis de ensino distintos, de acordo com o grau de conhecimento.

Para as aulas práticas, em laboratórios (informática e sala de recursos) ou outras, as classes são divididas em turmas que atendam às peculiaridades dos alunos e aos recursos físicos do estabelecimento.

Em toda a Educação Básica o regime de matrícula é anual, sendo que para o ingresso no 1º ano a criança deve ter seis anos completos ou a completar até o dia 31 de março do ano em curso.

A escola trabalha também em torno de projetos, como forma de desenvolver atividades de ensino e aprendizagem, favorecer a compreensão da multiplicidade de aspectos que compõem a realidade, uma vez que permite a articulação de contribuições de diversos campos de conhecimento, dentre eles, os Temas Transversais.

### 3 - CURRÍCULO

Currículo são os conteúdos a serem ensinados e aprendidos; as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos; os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais; os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino; os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus de escolarização.

Essas concepções refletem diferentes compromissos e posições teóricas. O que podemos afirmar, no entanto, é que as discussões curriculares envolvem os temas relativos aos conhecimentos escolares, aos procedimentos pedagógicos, às relações sociais, aos valores que a escola inculca às identidades dos (as) alunos (as). Cabe ressaltar que as discussões inevitavelmente recaem sobre questões relativas ao conhecimento, à verdade, ao poder e à identidade (Silva, 1999 p. 75), com maior ou menor ênfase.

Todavia, a escola, procura centrar o currículo dentro da realidade presente na instituição. A interação é constante entre a comunidade escolar propiciando discussão entre os sujeitos comprometidos e abertos ao diálogo, tornando-se uma ferramenta essencial para a qualidade do trabalho e garantia do sucesso.

Nessa perspectiva, o processo de ensino/aprendizagem não tem como finalidade a transmissão de conteúdos prontos, mas, sim, a formação de sujeitos capazes de construir, de forma autônoma, seus sistemas de valores e, a partir deles, atuarem criticamente na realidade que os cerca. (Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Educação 1994, p. 33)

O currículo da Base Nacional Comum do Ensino Fundamental na Escola Municipal Portal das Letras abrange obrigatoriamente o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente a do Brasil, bem como o ensino da Arte, a Educação Física e o Ensino Religioso.

O atendimento aos alunos de Educação Infantil volta-se às necessidades e interesses da criança, ao mesmo tempo em que respeita e amplia os elementos mediadores de sua cultura. A partir destes elementos, pela ampliação do seu repertório, ela deverá redimensionar o seu universo de significados e conhecimentos, impulsionando-os a níveis cada vez mais elevados de conhecimentos, competências e habilidades humanas, visando ao longo dos anos escolares superar o egocentrismo

através do resultado das interações sociais com adultos e seus pares, baseadas na cooperação; apresentar bons hábitos de higiene com o corpo, com o ambiente e com os seus materiais; apresentar um vocabulário adequado para as suas situações cotidianas; conhecer o meio físico e social que a rodeia, a partir dos resultados da interação com este meio; conhecer os conceitos pré-numéricos, utilizando-os em situações cotidianas; demonstrar amor aos seus semelhantes e respeito ao meio ambiente, ajudando na sua conservação e preservação; estabelecer ações sobre os objetos como elemento da descoberta de propriedades e do estabelecimento de relações de diferenças e semelhanças; identificar os profissionais da escola pelo nome e função que ocupam, apresentando postura de respeito e carinho para com todos eles.

Os componentes curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental são assim organizados em relação às áreas de conhecimento:

- Linguagens:
  - a) Língua Portuguesa;
  - b) Língua Estrangeira moderna;
  - c) Arte;
  - d) Educação Física;
- Matemática;
- Ciências da Natureza;
- Ciências Humanas:
  - a) História;
  - b) Geografia;
- Ensino Religioso.

O currículo do Ensino Fundamental tem uma base nacional comum, a ser complementada e por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

A base nacional comum e a parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental constituem um todo integrado e não podem ser consideradas como dois blocos distintos.

Os conteúdos curriculares que compõem a parte diversificada do currículo serão definidos pelos sistemas de ensino e pelas escolas, de modo a complementar e

enriquecer o currículo, assegurando a contextualização dos conhecimentos escolares em face das diferentes realidades.

Na parte diversificada do currículo é incluída em toda a rede municipal a Iniciação à Informática e Educação Patrimonial e Turismo por sermos de uma cidade histórica e turística e a inclusão de tal disciplina permite que resgatemossas culturas e tradições.

Os conteúdos curriculares da educação básica observam, ainda, as seguintes diretrizes:

- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.
- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
- Orientação para o trabalho;
- Promoção do desporto educacional e o apoio às práticas desportivas não-formais.

Na organização curricular dos Anos Iniciais, os conteúdos curriculares devem ser abordados de forma interativa, a partir da prática vivencial dos alunos, possibilitando o aprendizado significativo e contextualizado, num movimento crescente de compreensão da realidade.

A programação curricular dos Anos Iniciais, tanto no campo da linguagem quanto no da matemática, deve ser organizado de maneira que possa gradativamente, ampliar capacidades e conhecimentos desde aos mais simples aos mais complexos, para que promovam simultaneamente a alfabetização e o letramento. Nessa organização os conteúdos curriculares devem ser abordados de forma interativa, a partir da prática vivencial dos alunos, possibilitando o aprendizado significativo e contextualizado, num movimento crescente de compreensão da realidade.

Os conteúdos de Ciências, História e Geografia devem ser ministrados articulados ao processo de alfabetização e letramento e de iniciação a Matemática, crescendo em complexidade ao longo dos Anos.

A Arte e recreação, com aulas especializadas ou não, devem oportunizar aos alunos experiências artísticas, culturais e de movimento corporal, através de jogos, ginástica, dança, esportes e festas.

A escola deve, ao longo de cada ano, acompanhar sistematicamente os processos de aprendizagem dos alunos, utilizando de estratégias diversas de intervenção pedagógica para sanar, de imediato, as dificuldades evidenciadas, a fim de garantir que todo aluno alcance ao final de cada ano o padrão básico de desempenho esperado.

Os conteúdos curriculares dos Anos Finais são os contidos nos Conteúdos Básicos Comuns.

O ensino da História do Brasil e as culturas indígena e afro-brasileira, presentes no ensino de Arte, Literatura e História do Brasil devem assegurar o conhecimento e o reconhecimento desses povos para constituição da nação.

O Ensino Religioso, de matrícula facultativa ao aluno, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui componente curricular dos horários normais das escolas, como componente curricular de todos os anos do Ensino Fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religioso do Brasil e vedadas qualquer formas de proselitismo.

Nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental a Educação Física é ministrada por professor regente de aulas habilitado e, na falta deste, por professor regente (anos iniciais) e ou eventual (anos finais).

Temas como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), preservação do meio ambiente, nos termos da política nacional de educação ambiental (Lei nº 9.795/99), educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, e diversidade cultural devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo.

A Educação Ambiental e a Educação para o Trânsito fazem parte do processo ensino-aprendizagem dos alunos considerando sua formação integral para a vida cidadã, e não podem deixar de ser desenvolvidos de forma interdisciplinar integrados aos conteúdos da parte nacional comum e parte diversificada.

A Música constitui conteúdo obrigatório, mas não excluído, do componente curricular Arte, o qual compreende também as artes visuais, teatro e a dança.

O desenvolvimento da educação alimentar e nutricional perpassa o currículo escolar de toda a Educação Básica, abordando o tema alimentação e nutrição, visando estimular a formação de hábitos alimentares saudáveis em crianças e adolescentes e, extensivamente em suas famílias e comunidades. Contamos com o apoio de

profissionais de saúde que sempre fazem campanhas e palestras sobre saúde e alimentação, tais procedimentos muitas das vezes são estendidos também aos pais que são convidados a participar dos eventos.

Os planejamentos na escola são feitos de forma coletiva pelos professores com apoio da equipe pedagógica, os professores de cada série se reúnem e juntos fazem seu planejamento e traçam o plano de trabalho semestral, sendo que o mesmo pode sofrer mudanças no decorrer do período. Também são definidas as datas de reuniões com pais, auditórios e apresentações.

O agrupamento de conteúdos diversos em áreas e a definição de competências e habilidades gerais implicam em uma inversão na perspectiva da organização curricular tradicional. Avesa à fragmentação do saber representada pelo cotidiano escolar em disciplinas que não se comunicam, a nova concepção curricular baseia-se no diálogo entre os conhecimentos específicos, salientando-se convergências e semelhanças, mas também diversidades e singularidades. Tal é a lógica de se reunir conhecimentos em áreas: indicar com mais precisão qual o papel de cada componente individual na construção de um currículo integral e também que interações entre esses componentes são necessárias para que tal currículo se construa. Além disso, essa nova lógica pressupõe superar a “superlotação” do currículo tradicional, demasiadamente inchado de conteúdos muitas vezes inexpressivos do ponto de vista da vida concreta dos educandos. Daí a ênfase na aquisição das competências e habilidades básicas para o cidadão viver plenamente nas dimensões pessoal, civil e profissional.

#### **4 - TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES**

Segundo Brito (1991, p.9), a escola tem por missão desenvolver global e equilibradamente, o aluno, nos aspectos intelectual, sócio-educativo, psicomotor e cultural. E tendo em vista estes aspectos a escola deverá organizar seu tempo escolar, considerando-o como fator que interfere em todo o trabalho escolar. Sendo assim, a definição e distribuição do tempo deve levar em consideração o aluno, o seu ritmo, suas capacidades e limitações.

A organização de tempo e espaços na escola é realizada considerando vários aspectos, desde acessibilidade até a interação entre as turmas e os professores.

As turmas da Educação Infantil e do 1º ano utilizam as salas de aula do andar térreo para facilitar o deslocamento até os banheiros, cantina e demais dependências da escola. As demais turmas se organizam de modo que se mantenha a proximidade entre as séries para promover o intercâmbio entre os professores e alunos. A disposição das carteiras fica a critério de cada professor devendo prevalecer o modo de disposição que favoreça o trabalho em grupo e não apenas o individualizado.

A carga horária anual é de 833 horas e 20 minutos, 05 dias semanais, 40 semanas anuais, 50 minutos de horas/aula e 200 dias letivos anuais.

#### **ENSINO FUNDAMENTAL**

Além dos conteúdos curriculares a preocupação da Escola Municipal Portal das Letras é também atuar na formação do indivíduo, no processo de recriação do seu “ser gente”, na ampliação dos conhecimentos, na capacidade de resolver problemas e na formação de valores humanos como solidariedade, participação, justiça, tais procedimentos acontecem em forma de palestras, reuniões, aulas expositivas e parceria com outros departamentos que através de ações agendadas visitam a escola e utilizam o salão de reuniões para realizar atividades educativas.

A escola busca oferecer além do horário escolar, atividades de reforço para que a criança tenha a possibilidade de melhorar seu rendimento. Os alunos voltam para a escola para realizar as atividades propostas como complemento do que é trabalhado em sala e isso auxilia o professor, visto que no reforço o trabalho é individualizado e o aluno tem a atenção necessária.

Para que a aprendizagem possa ser atingida com sucesso é preciso que a organização do espaço seja pensada como um ambiente acolhedor e prazeroso para o aluno, um espaço criado para a criança deverá estar organizado de acordo com a sua faixa etária, isto é, propondo desafios que a farão avançar no desenvolvimento de suas habilidades.

É preciso considerar que o espaço escolar é heterogêneo e plural, rico, embebido de expectativas, sonhos, fantasias e esperanças e sendo assim, tem que ser um ambiente estimulador, uma extensão da casa do aluno para que ele se sinta a vontade para se desenvolver globalmente. A escola leva em consideração todas essas variáveis para a organização do tempo e do espaço escolar.

## 5 -PROCESSOS DE DECISÃO

No processo de decisão estão envolvidos todos que tem alguma ligação com a escola e é fundamental a participação de toda a comunidade escolar. Cria-se o poder compartilhado, traçando e mobilizando a comunidade escolar para a resolução de problemas, aumentando o poder de decisão das pessoas, das ações planejadas e da aprendizagem e de transformação das práticas educativas.

Na Escola Municipal Portal das Letras o diretor é escolhido pelo Prefeito e pela Secretaria de Educação, exercendo cargo comissionado, ainda não temos eleição para diretor.

A Secretaria Municipal de Educação dispõe de três supervisoras sendo uma para o turno da manhã, uma para o turno da tarde e noite e uma para escolas rurais que realizam reuniões mensalmente e quando se fizer necessário com Diretores e Especialistas. Promove também capacitações para todos os envolvidos em educação.

Na escola se estabelece a gestão participativa, ou seja, toda a comunidade escolar participa efetivamente do processo de gestão através dos seus representantes nos diversos conselhos (FUNDEB, Conselho Municipal de Educação, Conselho Alimentação Escolar) discutindo e decidindo coletivamente seus rumos; a participação ocorre de forma sistemática por meio dos mesmos.

O entendimento do conceito de gestão já pressupõe, em si, a ideia de participação, isto é, do trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agindo sobre elas em conjunto. Isso porque o êxito de uma organização depende da ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um “todo” orientado por uma vontade coletiva. (LUCK, 1996, p. 37)

O papel do Diretor é de identificar oportunidades e mobilizar pessoas para a participação dentro dos limites e das estruturas em lei; com a prática do diálogo e da transparência para cumprir os mecanismos da democratização da escola.

A Caixa Escolar, uma entidade social, viabiliza a aplicação dos recursos, de acordo com as prioridades aprovadas pelo Conselho Municipal de Educação.

A diretoria da Caixa Escolar é constituída de um presidente representado pela Diretora. O Secretário e o Tesoureiro e seus respectivos suplentes são escolhidos bienalmente, pela Assembleia Geral; o primeiro dentre os pais de alunos ou responsáveis e o segundo, dentre os profissionais ou da administração da escola, sendo permitida a reeleição por mais dois anos.

Em reunião de Assembleia, a Diretora explícita o que compete a cada representante, registrando em ata e assinada por todos os participantes.

Cabe ao Presidente e ao Tesoureiro a responsabilidade de assinar cheques.

As deliberações da Diretoria são tomadas por maioria dos votos.

Não possuímos Colegiado Escolar, o que muitas vezes dificulta a tomada de decisões, para que as decisões não sejam tomadas apenas pelo diretor ou pelo Secretário Municipal de Educação a escola conta com a ajuda do Conselho Municipal de Educação.

## 6 - RELAÇÕES DE TRABALHO

Cuidar do ambiente de trabalho, sempre no sentido de reforçar positivamente as atitudes e o esforço de cada um, é compromisso da Escola, assim como promover o trabalho compartilhado num ambiente acolhedor, considerando os direitos, deveres e responsabilidades individuais, de acordo com as atribuições de cada cargo.

É preciso considerar atitudes relevantes como: chamar as pessoas pelo nome, sendo cordial, lembrar as datas dos aniversários, ser atencioso ao ouvir as pessoas. Quando precisar chamar atenção, que o faça de forma ponderada. Priorize o trabalho em equipe, destacando os valores e possibilidades de cada um.

Trabalhar o aprender a ser e o aprender a conviver é também tarefa do Especialista, responsável, em conjunto com o diretor, por criar um clima educativo na escola, de harmonia e entusiasmo, clima sem o qual se torna difícil garantir sucesso dos alunos e o cumprimento das metas da escola.

Os conflitos de relação são pouco frequentes na escola, seja aluno/aluno, professor/aluno, professor/professor/direção.

Quando ocorrem casos de conflitos com alunos, de preferência são resolvidos pelo professor, quando essa estratégia não é possível, os alunos são encaminhados a direção, onde é atendido pela Especialista e pela Diretora.

Precede às medidas disciplinares aos discentes:

- Discutir os valores sociais com os alunos, sensibilizando-o para a solidariedade e o espírito de grupo, que devem nortear a convivência em sociedade;
- Estimular a auto avaliação do aluno acerca de seu comportamento;
- Prestar esclarecimentos ao aluno sobre as consequências da indisciplina na aprendizagem;
- Promover orientação ao aluno quanto à possibilidade de mudança de postura, com intuito de elevar sua estima.

A família é comunicada por bilhete de solicitação de comparecimento a escola, arquivado com a assinatura do responsável. Conflitos graves que excederem essas medidas são buscados auxílios no Conselho Tutelar.

Conflitos com professores e funcionários, são preferencialmente resolvidos na escola, através de um diálogo transparente, registrado em ata. Quando não resolvidos

são encaminhados a Secretária Municipal de Educação e ao Conselho Municipal de Educação

É fundamental a participação da família no processo de aprendizagem. Os pais precisam acompanhar a vida escolar dos filhos, participando das reuniões promovidas pela escola e atendendo a solicitação quando se fizer necessário.

O envolvimento da família com a escola e os professores é um processo ainda a desejar, uma vez que muitos pais não têm meios de locomoção para ir até a escola, o que dificulta esse envolvimento das famílias na zona rural, que gradualmente vem se efetivando através de bilhetes aos pais incentivando prestigiar o esforço do professor e aluno em preparar as apresentações para os eventos.

## 7 – AVALIAÇÃO

A avaliação escolar é um instrumento essencial no processo de ensino, que através da verificação dos resultados obtidos, norteiam objetivos e orienta as decisões a serem tomadas em relação às atividades didáticas.

Sob a ótica de Sant'Anna avaliação é:

Um processo pelo qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar as modificações do comportamento e rendimento do aluno, do educador, do sistema, confirmando se a construção do conhecimento se processou, seja este teórico (mental) ou prático. (SANT'ANNA, 1998, p.29, 30)

A avaliação deve incorporar, além da dimensão cognitiva, as dimensões cultural, social, biológica e afetiva, que fazem parte do processo integral da aprendizagem. Deve ser compreendida como parte integrante do processo pedagógico, com o objetivo de identificar os avanços e diagnosticar as necessidades de reorientação das ações educativas.

A avaliação da aprendizagem, como parte integrante do processo pedagógico, tem a função precípua de orientar o processo educativo, de modo a possibilitar:

- O atendimento diferenciado aos alunos;
- As adequações no plano didático tendo em vista os objetivos curriculares;
- O registro de informações acerca do desempenho escolar do aluno.

Cabe à escola, assessorada pelos Especialistas, Equipe Gestora da Escola e Secretaria Municipal de Educação criar estratégias de organização e reorganização do tempo e do espaço escolares, assim como a gestão de pessoal do corpo docente, com vistas a possibilitar ações pedagógicas para o atendimento diferenciado de alunos com dificuldades de aprendizagem, no tempo em que elas surgirem, com as seguintes estratégias:

- Recuperação paralela ministrada pelo professor regente;
- Atendimento diferenciado ministrado pelo professor recuperador;
- Acompanhamento dos pais.

Os resultados da avaliação da aprendizagem realizada pela escola e os resultados dos Programas de Avaliação externa devem ser considerados no planejamento didático.

Os alunos são avaliados ao longo de todo o ano com apresentação de resultados, de modo a permitir o acompanhamento constante de seu desempenho.

A avaliação do processo de aprendizagem é baseada em objetivos educacionais definidos para cada ano, de forma a orientar a organização da prática educativa em função das necessidades de desenvolvimento dos alunos.

Ao final de cada ano deve haver uma avaliação global do desenvolvimento dos alunos em relação aos objetivos do ano em que se encontram, de forma a orientar o planejamento didático do ano seguinte, garantindo a continuidade do processo de aprendizagem.

O processo de avaliação dos alunos é sistemático, periódico e contínuo.

Na verificação do rendimento escolar observam-se os critérios:

- Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- Possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- Possibilidade de avanço nos cursos e nos anos mediante verificação da aprendizagem;
- Aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- Necessidade de estudos de recuperação paralela.

Os resultados das avaliações do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental assim como da EJA são apresentados utilizando-se conceitos.

A verificação do rendimento escolar é processo contínuo do qual devem participar a direção, especialistas, professores e alunos.

A avaliação do processo de aprendizagem no Ensino Fundamental deve ser contínua, diagnóstica e formadora visando o desenvolvimento global dos alunos, baseada em objetivos definidos para cada ano de escolaridade, de forma a orientar a organização da prática educativa em função das necessidades de desenvolvimento dos alunos.

É garantido aos pais o acesso aos resultados das avaliações da aprendizagem de seus filhos.

Os resultados da avaliação da aprendizagem devem ser comunicados bimestralmente aos pais e alunos por escrito, utilizando-se notas ou conceitos e informados sobre as estratégias de atendimento pedagógico diferenciadas pela escola.

A Recuperação Paralela é adotada em todos os níveis de ensino. O acompanhamento e a avaliação dos resultados dos alunos devem possibilitar:

- Replanejamento didático, visando garantir o processo de ensino e aprendizagem;
- Permanente informação ao aluno de seu desempenho em relação aos objetivos do currículo;
- Planejamento dos estudos de recuperação de acordo com as necessidades do aluno;
- Fornecimento dos dados para auto avaliação da escola e informação à comunidade quanto aos resultados do trabalho escolar.

Os processos de avaliação aferem, preferencialmente, a compreensão dos fatos, a percepção de relações, aplicação de conhecimento, as habilidades, competências e automatismo adquiridos, evitando a aferição de dados apenas memorizados.

A avaliação é usada como estratégia para obter as informações pertinentes sobre o processo de aprendizagem, realizar o diagnóstico e redirecionar os rumos da prática pedagógica, sempre que necessário.

Para fins de aprovação do aluno exige-se a frequência mínima, obrigatória de 75% da carga horária total anual e um mínimo de aproveitamento em relação aos objetivos definidos para os conteúdos curriculares do nível que se encontra.

Participam da avaliação todas as pessoas diretamente ligadas ao processo ensino-aprendizagem.

Vários instrumentos de medidas são utilizados, tais como provas, testes, trabalhos individuais ou em equipe, pesquisas, observações, dinâmicas e outros, devendo o professor selecioná-los de acordo com a natureza da matéria e o tratamento metodológico adotado.

Os instrumentos de avaliação devem ser elaborados pelos professores e avaliados pelos especialistas, de acordo com o currículo.

A auto avaliação do aluno deve ser adotada por constituir instrumento indispensável ao seu desenvolvimento no processo ensino e aprendizagem.

Os resultados da avaliação devem ser submetidos à apreciação do Conselho de Classe, da Direção e Especialistas da escola, para fins de redirecionamento das práticas pedagógicas quando se fizer necessário.

Cabe ao Conselho de Classe, proceder a avaliação do aluno em cada disciplina, com análise periódica de resultados, de modo a permitir ao final do período, recomendar alternativas pedagógicas adequadas às características de cada aluno.

Na avaliação do aproveitamento do aluno do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e EJA são utilizados os conceitos: A,B E C.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Projeto Político Pedagógico da escola socializa saberes. É político porque faz parte da esfera dos direitos e é pedagógico porque faz parte do ser na concepção do mundo e cabe a escola sistematizar e socializar cada cidadão, buscar a sua identidade, buscar a alma do povo, a forma de ver o mundo, o diálogo com as particularidades, dar espaço de criação de liberdade.

Deverá expressar qual é o caminho, o eixo e a finalidade do trabalho escolar. Ser visto como um processo permanente de reflexão e de discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático e de decisões que visa superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina burocrática no interior da escola. É elaborado no sentido de planejar o que a escola tem que fazer a partir do que é possível construir, o que se pretende realizar com seus alunos, tendo em vista as necessidades da clientela, da população e das necessidades na qual a comunidade está inserida.

As mudanças, para serem efetivas, precisam ser assimiladas pela comunidade escolar, que criam e recriam o cotidiano da escola. Por isso, antes de qualquer iniciativa de mudança é preciso ter uma "escuta", ou seja, ouvir de modo qualificado todas as vozes da escola e promover mudanças quando se fizerem necessárias.

A educação está no coração da sociedade. A escola é a agência da cidadania formando cidadãos para agir, interagir e modificar perante a sociedade. Um Projeto Político Pedagógico deve ser alterado sempre que necessário, sempre que algo que surgir não esteja contemplado no mesmo, como é o caso do Colegiado Escolar.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins. **O projeto político pedagógico no contexto da gestão escolar.**

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito a Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola.** Especialização em Gestão Escolar, Escola de Gestores, UFMG.

INEP/MEC. **SAEB 2003.** Brasília, Inep/MEC, 2004. Disponível em *INEP*: <http://portalideb.inep.gov.br>

LUCK, H. *A escola participativa: o trabalho do gestor escolar.* 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

NÓVOA, Antônio (Coordenador). **As organizações escolares em análise.** Lisboa: Dom Quixote, 1999.

SANTOS Filho, José Camilo dos; CARVALHO, Maria Lúcia R. D. and GONCALVES, Clara Germana de Sá.Administração educacional como processo de mediação interna e externa à escola. *Paidéia (Ribeirão Preto)* [online]. 1993, n.5, pp. 39-52. ISSN 0103-863X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X1993000200004>.

TOSHI, Mirza S, FONSECA, Marília, OLIVEIRA, João F. **A relação entre o plano de desenvolvimento da escola (PDE) e o projeto político-pedagógico da escola (PPP): concepção e avaliação.** Goiânia, 2004.

## ANEXOS

# PLANO CURRICULAR- EJA: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

BASE LEGAL: CNE/CEB 11/2000 RES.: SEE 444/2001

VIGÊNCIA – ANO 2013 TURNO: NOITE

REGIME: ANUAL

NOME DA ESCOLA: ESCOLA MUNICIPAL PORTAL DAS LETRAS DE ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL

SÃO THOMÉ DAS LETRAS – MG

	ÁREAS DE CONTEÚDO ESPECÍFICO	BÁSICO			CONTINUIDADE			AVANÇADO		
		AS	MA	CHA	AS	MA	CHA	AS	MA	CH
COMPO- NENTES  CURRICU- LARES	LÍNGUA PORTUGUESA	5	200	166:40	5	200	166:40	5	200	166:40
	MATEMÁTICA	4	160	133:20	4	160	133:20	4	160	133:20
	GEOGRAFIA	2	80	66:40	1	40	33:20	2	80	66:40
	HISTÓRIA	1	40	33:20	2	80	66:40	2	80	66:40
	CIÊNCIAS	2	80	66:40	2	80	66:40	1	40	33:20
	ARTES	1	40	33:20	1	40	33:20	1	40	33:20
	ENSINO RELIGIOSO*	--	--	33:20	--	--	33:20	--	--	33:20
	<u>EDUCAÇÃO FÍSICA*</u>	--	--	33:20	--	--	33:20	--	--	33:20
	TOTAL	15	600	566:40	15		566:40	15	600	566:40

INDICADORES FIXOS: Dias Letivos: 200 dias anuais

Módulo-aula: 50 minutos Semanas Letivas; 40

semanas anuais Carga horária diária presencial: 150 minutos Carga horária total: 1700 horas

A Educação Física e o Ensino Religioso serão trabalhados através de projetos fora do horário estabelecido para as três aulas diárias.

PLANO CURRICULAR

ENSINO FUNDAMENTAL – 9 ANOS DE DURAÇÃO

ORGANIZAÇÃO EM ANOS DE ESCOLARIDADE

BASE LEGAL: RESOLUÇÃO: CEB Nº 07/10 e LF 1.1274/2006  
VIGÊNCIA – ANO 2013

NOME DA ESCOLA: E. M. Portal das Letras  
MANHÃ/TARDE

BAIRRO: Zona Urbana

TURNO:

Base	Áreas de Conhecimento  Componentes Curriculares	1º ANO			2º ANO			3º ANO			4º ANO		
		AS	MA	CHA	AS	MA	CHA	AS	MA	CHA	AS	MA	CHA
		Nacional	Língua Portuguesa	06	240	200:00	06	240	200:00	06	240	200:00	06
Comum	Matemática	05	200	166:40	05	200	166:40	05	200	166:40	05	200	166:40
	História	02	80	66:40	02	80	66:40	02	80	66:40	02	80	66:40
	Geografia	02	80	66:40	02	80	66:40	02	80	66:40	02	80	66:40
	Ciências	03	120	100:00	03	120	100:00	03	120	100:00	03	120	100:00
	Educação Física	02	80	66:40	02	80	66:40	02	80	66:40	02	80	66:40
	Artes	01	40	33:20	01	40	33:20	01	40	33:20	01	40	33:20
	Ensino Religioso	01	40	33:20	01	40	33:20	01	40	33:20	01	40	33:20
	Parte Diversificada	Educação Patrimonial e Turismo E Cult.Afro	01	40	33:20	01	40	33:20	01	40	33:20	01	40
Literatura Infanto-Juvenil		01	40	33:20	01	40	33:20	01	40	33:20	01	40	33:20
Informática		01	40	33:20	01	40	33:20	01	40	33:20	01	40	33:20
<b>TOTAL</b>		<b>25</b>	<b>1000</b>	<b>833:20</b>	<b>25</b>	<b>1000</b>	<b>833:20</b>	<b>25</b>	<b>1000</b>	<b>833:20</b>	<b>25</b>	<b>1000</b>	<b>833:20</b>

MUNICÍPIO: SÃO THOMÉ DAS LETRAS /MG.

**INDICADORES FIXOS:**

Nº de dias letivos :200

Nº de dias semanais:05

Semanas Letivas Anuais:40

Horas-aula: 50 min.

**LEGENDA:**

AS: aulas semanais

HA:Hora-aula

CHA:Carga Horária Anual

**PLANO CURRICULAR – EDUCAÇÃO INFANTIL**  
 Base Legal: Parecer CEB nº 22/98 – Resolução CEB n 01/99

Vigência: Ano 2013

RUA: HELENA JEFERSON DE SOUZA, Nº 40

NOME DA ESCOLA: E. Municipal Portal das Letras de Educação Infantil e Ensino Fundamental

MUNICÍPIO: São Thomé das Letras –MG

BASE NACIONAL COMUM	ÁREAS DE CONHECIMENTO		1º PERÍODO		2º PERÍODO	
	COMPONENTES CURRICULARES		(Nível 1)		(Nível 2)	
	LINGUAGEM ORAL E ESCRITA	Língua Portuguesa	09	180:00	09	180:00
	Matemática	Matemática	09	180:00	09	180:00
	Natureza e Sociedade		06	120:00	06	120:00
	Psicomotricidade	Educação Física	04	80:00	04	80:00
	Musica	Artes	04	80:00	04	80:00
	Educação Religiosa	Ensino Religioso	03	60		
	PARTE DIVERSIFICADA		Recreio		100:00	
<b>TOTAL</b>			<b>35</b>	<b>800:00</b>	<b>35</b>	<b>800:00</b>

INDICADORES FIXOS

Nº DE DIAS LETIVOS: 200

Nº de semanas letivas: 40

Nº de dias semanais: 05

Assinatura do Diretor:-----

OBSERVAÇÕES:

Carga Horária anual: 800:00

Duração do recreio: 30 minutos

Duração do turno: 4:00

Assinatura do (a) Inspetor(a) -----

LEGENDA:

AS: Aulas semanais

CHA: Carga horária anual

**Calendario 2013**  
**ESCOLA MUNICIPAL PORTAL DAS LETRAS**  
 Resolução SEE nº 2233 de 12/12/2012

JANEIRO							FEVEREIRO 15 DIAS							MARÇO 19 DIAS						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
		1	2	3	4	5														
6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31		
27	28	29	30	31			24	25	26	27	28			24	25	26	27	28	29	30
1 - Confraternização universal							12 - Carnaval							29 - Paixão de Cristo						

ABRIL 22 DIAS							MAIO 20 DIAS							JUNHO 20 DIAS						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
	1	2	3	4	5	6														
7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	
14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31			
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31			23	24	25	26	27	28	29	
28	29	30					26	27	28	29	30	31	30							
21 - Tiradentes							1 - Dia do trabalhador							30 - Corpus Christi						

JULHO 11 DIAS							AGOSTO 19 DIAS							SETEMBRO 23 DIAS						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
	1	2	3	4	5	6														
7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	
14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31			
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31			23	24	25	26	27	28	29	
28	29	30	31				25	26	27	28	29	30	31	29	30					
														7 - Independência do Brasil						

OUTUBRO 18 DIAS							NOVEMBRO 20 DIAS							DEZEMBRO 13 DIAS						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
	1	2	3	4	5	6														
6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	
13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31		
20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31		22	23	24	25	26	27	28	
27	28	29	30	31			24	25	26	27	28	29	30	31						
12 - Nsa. Sra. Aparecida							2 - Finados							25 - Natal						
							25 - Proclamação da República													

**LEGENDA:**

- Início/término Ano Letivo
- Feriados
- Recessos Escolares

Dias Escolares

Feriado Municipal

Feriado letivo

Total de dias letivos - 1º semestre  
 Total de dias letivos - 2º semestre

107  
93

*Sara Regina P. Fernandes*  
 Sara Regina P. Fernandes  
 Inspeção Escolar  
 MASP 291.267-3  
 SRE - CAXAMBU

CALENÁRIO ED. INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E EJA.

*Francisca Isabel de Castro Silva*  
 Diretora  
 487 684 306-63

*Kátia Simone de Castro Ferraz*  
 Técnica Municipal de Educação  
 CPF: 794.956.916-41

SUPERINTENDÊNCIA  
 REGIONAL DE ENSINO  
 CAXAMBU - MG